

# Congresso é obstáculo à conversão

*Ainda  
Ext*

Consuelo Dieguez  
e Maria Luiza Abbott

**B**RASÍLIA — Em nenhuma das operações de conversão da dívida externa em investimento feitas durante o governo José Sarney foi autorizada a privatização de empresas estatais, por meio da troca de títulos por ações. Além da forte resistência do Congresso Nacional, que não aceitava nem o capital nacional nas privatizações, as regras do Banco Central não admitiam esse tipo de operação, pois temia-se a desnacionalização da economia. Na avaliação de funcionários do governo, o sucesso da proposta de privatização via conversão, apresentada pelo presidente eleito Fernando Collor de Mello, vai depender de sua força política junto aos parlamentares.

Se for bem sucedido, Collor terá a sua disposição o equivalente a US\$ 30 bilhões já depositados no Banco Central, que poderão ser utilizados na conversão da dívida vencida em investimentos ou ações de estatais. Esses recursos correspondem a pagamentos feitos por empresas brasileiras para quitar sua parcela da dívida externa e que não foram convertidos em dólares nem remetidos ao exterior por falta de divisas. O di-

neiro ficou no Banco Central para a chamada rolagem do principal da dívida externa. Sem perspectiva de receber esses créditos a curto prazo, os bancos credores do Brasil se interessam em trocar os títulos da dívida que eles detêm por ações de empresas estatais brasileiras ou por investimentos no país.

Em 1988, o Conselho Monetário Nacional aprovou a conversão do capital depositado no Banco Central em investimento, mas não previa a privatização de estatais. Durante aquele ano, foram feitos dez leilões de conversão de títulos da dívida com desconto em relação ao seu valor real, no total de US\$ 1,9 bilhão. Esse processo foi suspenso em janeiro do ano passado por pressão dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, sob o argumento que a conversão, como vinha sendo feita, pressionava a inflação. Alegou-se na época que os leilões forçavam o governo a emitir cruzados novos, o que aumentava o volume de moeda em circulação e provocava inflação.

A proposta de Collor não é considerada inflacionária por técnicos do governo, porque, no caso da desestatização, será apenas uma troca contábil. Os credores trocariam os títulos por ações, sem entrada de cruzados novos na operação. A questão passaria a ser apenas política, pois se trata de decidir se a sociedade quer trocar o seu patrimônio pela redução do estoque da dívida externa, segundo esses técnicos. A primeira etapa do processo seria conseguir a aprovação pelo Congresso da privatização das estatais, por capital estrangeiro ou nacional. Depois, apenas um ato do Executivo autorizaria a conversão pretendida por Collor.